

## É MELHOR MORRER NA LUTA DO QUE MORRER DE FOME”: O LEGADO DE MARGARIDA MARIA ALVES

"IT IS BETTER TO DIE FIGHTING THAN TO DIE OF HUNGER": THE LEGACY OF  
MARGARIDA MARIA ALVES

"ES MEJOR MORIR LUCHANDO QUE MORIR DE HAMBRE": EL LEGADO DE  
MARGARIDA MARIA ALVES

*Maria da Luz Gomes de Medeiros*

### RESUMO

O artigo apresenta a vida e a militância de Margarida Maria Alves, trabalhadora rural paraibana e uma das primeiras mulheres a presidir um sindicato no Brasil, em 1973. Sua trajetória foi marcada pela luta contra a exploração dos camponeses, pela defesa de direitos trabalhistas, da educação no campo e da reforma agrária. Margarida enfrentou latifundiários e o regime militar, tornando-se alvo de perseguições e culminando em seu assassinato em 1983, crime que expôs a violência e a impunidade no meio rural. Sua memória permanece como símbolo de resistência e inspiração, especialmente através da Marcha das Margaridas, maior mobilização de mulheres rurais da América Latina. O texto também contextualiza as desigualdades históricas do campo brasileiro, destacando a concentração fundiária, a exclusão social e a repressão às lideranças. O legado de Margarida ultrapassa sua época, inspirando lutas atuais por justiça social, igualdade de gênero, reforma agrária e dignidade no meio rural.

**Palavras-chave:** Resistência, trabalhadores rurais, justiça social, reforma agrária, memória.

### ABSTRACT

This article presents the life and activism of Margarida Maria Alves, a rural worker from Paraíba and one of the first women to preside over a union in Brazil, in 1973. Her path was characterized by the struggle against peasant exploitation, the defense of labor rights, rural education, and agrarian reform. Margarida confronted landowners and the military regime, becoming a target of persecution and ultimately being assassinated in 1983, a crime that revealed the violence and impunity in Brazilian rural areas. Her memory endures as a symbol of resistance and inspiration, especially through the *Marcha das Margaridas* (March of the Daisies), the largest mobilization of rural women in Latin America. The article also contextualizes the historical inequalities of the Brazilian countryside, emphasizing land concentration,

social exclusion, and the repression of leadership. Margarida's legacy transcends her time, inspiring current struggles for social justice, gender equality, agrarian reform, and dignity in rural life.

**Keywords:** Resistance; rural workers; social justice; agrarian reform; memory.

## RESUMEN

El artículo presenta la vida y la militancia de Margarida Maria Alves, trabajadora rural paraibana y una de las primeras mujeres en presidir un sindicato en Brasil, en 1973. Su trayectoria estuvo marcada por la lucha contra la explotación campesina, la defensa de los derechos laborales, de la educación en el campo y de la reforma agraria. Margarida enfrentó a terratenientes y al régimen militar, convirtiéndose en blanco de persecuciones y siendo asesinada en 1983, crimen que reveló la violencia y la impunidad en el medio rural brasileño. Su memoria permanece como símbolo de resistencia e inspiración, especialmente a través de la *Marcha de las Margaridas*, la mayor movilización de mujeres rurales de América Latina. El texto también contextualiza las desigualdades históricas del campo brasileño, destacando la concentración de tierras, la exclusión social y la represión de liderazgos. El legado de Margarida trasciende su época, inspirando luchas actuales por la justicia social, la igualdad de género, la reforma agraria y la dignidad en el campo.

**Palabras clave:** Resistencia; trabajadores rurales; justicia social; reforma agraria; memoria

## 1 INTRODUÇÃO

Margarida Maria Alves foi uma trabalhadora rural paraibana que se tornou um dos maiores símbolos da luta por justiça social no Brasil. Natural de Alagoa Grande, no interior da Paraíba, destacou -se ao assumir, em 1973, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade — uma função inédita para uma mulher do campo naquela época. Ao longo de sua atuação sindical, enfrentou latifundiários, denunciou abusos e resistiu à violência que marcava a vida dos camponeses. Sua trajetória foi marcada pela coragem, pela solidariedade e pelo compromisso com a transformação social.

Durante mais de dez anos, Margarida defendeu os direitos dos trabalhadores do campo, exigindo condições dignas de trabalho, registro em carteira, acesso à

educação e jornada justa. Em plena ditadura militar, sua voz firme passou a incomodar grandes proprietários de terra, tornando-se um perigo para os interesses daqueles que exploravam os camponeses. Como consequência dessa ousadia, em 12 de agosto de 1983, ela foi assassinada em frente à sua casa, na presença do marido e do filho, transformando-se em símbolo da violência contra lideranças populares e da impunidade nas zonas rurais brasileiras.

Sua frase mais lembrada — “É melhor morrer na luta do que morrer de fome” — sintetiza a força de sua militância. Não foi apenas um desabafo, mas uma convocação coletiva à resistência, refletindo a urgência de quem convivia diariamente com a exploração e a repressão. Mesmo ameaçada, Margarida não desistiu, e sua coragem continua inspirando trabalhadoras e trabalhadores rurais em todo o país.

A luta do campesinato no Brasil remonta à colonização, marcada pela concentração de terras, pela desigualdade social e pela exclusão de grande parte da população. Durante o século XX, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, sindicatos, ligas camponesas e, posteriormente, movimentos como o MST começaram a reivindicar reforma agrária, políticas públicas e respeito à dignidade humana.

Na região Nordeste, nos anos 1970 e 1980, essas contradições ficaram ainda mais evidentes. Enquanto crescia a organização popular, também aumentava a repressão violenta promovida por fazendeiros e grupos armados. Foi nesse cenário que Margarida se destacou como voz de resistência. Seu assassinato não significou apenas a perda de uma liderança, mas também uma denúncia da brutalidade das elites agrárias e da conivência do Estado com a violência no campo.

Manter viva a memória de Margarida é, portanto, um ato político. Sua história representa milhares de homens e mulheres que, mesmo diante das adversidades, persistiram em lutar por direitos. A Marcha das Margaridas, maior mobilização de mulheres rurais da América Latina, é uma expressão concreta desse legado, reunindo, periodicamente, trabalhadoras em Brasília para exigir políticas públicas e denunciar as injustiças ainda presentes no meio rural.

Ao mesmo tempo, sua trajetória coloca em evidência o protagonismo feminino em movimentos sociais, sobretudo de mulheres que atuam longe dos grandes centros urbanos. Como camponesa, sindicalista e mulher, Margarida rompeu barreiras e mostrou que a luta por justiça ultrapassa limites de gênero e território. Sua vida e morte nos fazem refletir sobre o valor da resistência coletiva e da voz popular.

Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, em Alagoa Grande, interior da Paraíba, em uma família de origem humilde ligada ao trabalho no campo. Desde a infância, vivenciou de perto as dificuldades enfrentadas pelos camponeses: a exploração constante, a falta de oportunidades e a ausência de direitos básicos. Essas experiências marcaram sua formação e despertaram nela um profundo senso de solidariedade e de justiça social.

“A vida no campo, marcada por trabalho árduo e exploração histórica, não apenas moldou a consciência de Margarida Maria Alves, mas também revelou que a luta por direitos é inseparável da busca por dignidade, educação e justiça social para os trabalhadores rurais.” (Ferreira, *Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933–1983) através das Práticas Educativas das Margaridas*, p. 49. Editora UFPB, 2017)

Essa citação evidencia como a experiência de vida no campo moldou a consciência social de Margarida Maria Alves, mostrando que sua luta não se restringia a reivindicações trabalhistas imediatas. Ela conectava direitos, educação e dignidade, reconhecendo que a transformação da vida rural dependia tanto da organização coletiva quanto da valorização da pessoa humana. Ao destacar essa relação, o trecho reforça o papel de Margarida como líder que integrava ação política, pedagógica e social, tornando-se um símbolo da resistência camponesa.

Desta forma, mesmo diante das barreiras impostas pela estrutura desigual da época, Margarida se destacou pela capacidade de liderança e pelo olhar atento às necessidades da comunidade. Casou-se com Elói Alves, também trabalhador rural, e juntos tiveram um filho. O companheirismo da família foi fundamental para que ela pudesse atuar politicamente, ocupando espaços que até então eram restritos aos homens.

Em 1973, Margarida foi eleita presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, tornando-se uma das primeiras mulheres a comandar uma entidade sindical no país. Sua chegada ao cargo rompeu padrões de gênero e trouxe novo fôlego ao movimento sindical. Corajosa e determinada, passou a representar os interesses de centenas de trabalhadores, enfrentando diretamente o poder dos grandes proprietários de terra da região.

No sindicato, sua atuação ficou marcada pela defesa intransigente dos direitos trabalhistas. Ela denunciava abusos cometidos por fazendeiros, apoiava juridicamente trabalhadores prejudicados e movia ações contra empregadores que descumpriam a lei. Ao longo de sua trajetória, foram mais de cem processos ajuizados em defesa da categoria.

Entre suas principais bandeiras estavam a carteira assinada, a limitação da jornada de trabalho e a proteção contra demissões arbitrárias. Margarida defendia a igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, afirmando que o esforço de quem vivia da terra também merecia dignidade e segurança. Essa visão contrariava diretamente os interesses das elites agrárias, que se beneficiavam de relações de trabalho precárias.

Além das pautas trabalhistas, Margarida também assumiu a defesa da reforma agrária. Para ela, democratizar o acesso à terra era essencial para que pequenos agricultores conquistassem autonomia e pudessem garantir a sobrevivência de suas famílias. Essa postura a colocava em confronto permanente com os latifundiários, reforçando sua imagem como liderança resistente e incômoda para os poderosos.

Outro pilar de sua luta foi a educação. Margarida acreditava que o conhecimento era um instrumento de libertação. Por isso, incentivava a alfabetização de jovens e adultos e defendia a criação de escolas no campo. Em seus discursos, enfatizava que a falta de acesso à educação era usada como ferramenta de dominação, mantendo o povo em situação de submissão. Para ela, transformar o campo exigia também formar uma consciência crítica entre os trabalhadores.

Apesar das perseguições e da constante intimidação, Margarida não recuou. Sua firmeza diante da violência estrutural fez dela um símbolo de resistência, não apenas no município de Alagoa Grande, mas em todo o Nordeste. Margarida transformou sua própria vida em um testemunho de que a luta coletiva é capaz de enfrentar estruturas históricas de desigualdade.

Sua trajetória também rompeu barreiras de gênero. Em um contexto em que mulheres rurais eram invisibilizadas, ela se tornou referência nacional ao ocupar espaços de poder político. Essa conquista reforça o papel fundamental das mulheres camponesas na luta pela transformação social.

A liderança de Margarida desafiava tanto o poder econômico dos latifundiários quanto as estruturas sociais baseadas no patriarcado. Em uma época em que mulheres do campo eram invisibilizadas, ela mostrou que era possível ocupar espaços de decisão e influenciar a vida política e social da região. Sua presença no sindicato simbolizou um avanço importante na luta das mulheres camponesas por reconhecimento e respeito.

Sua atuação não se restringia ao município de origem. Margarida buscava diálogo com outros movimentos sindicais e lideranças rurais, estabelecendo parcerias com advogados, educadores populares e defensores dos direitos humanos. Com isso, fortaleceu redes de solidariedade que ampliaram o alcance de sua luta para além de Alagoa Grande.

De acordo com Ferreira, pág. 52:

“Margarida Maria Alves destacou-se como uma liderança singular no campo brasileiro, mostrando que coragem, organização e compromisso com a justiça social são fundamentais para transformar relações de poder historicamente desiguais.”( *Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933–1983) através das Práticas Educativas das Margaridas*, Editora UFPB, 2017, p. 52)

A partir deste pensamento mais do que defender salários e direitos imediatos, Margarida ressignificou a ação sindical ao colocar a dignidade humana no centro de sua pauta. Sua prática tinha caráter pedagógico, pois ensinava pela escuta, pelo exemplo e pelo diálogo. Ela acreditava que transformar o campo significava, também, transformar a consciência dos trabalhadores, fortalecendo neles a autoestima e o senso de pertencimento.

## 2 METODOLOGIAS EMPREGADAS

A realização deste trabalho fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, pautada na análise documental e bibliográfica sobre a trajetória de Margarida Maria Alves, a realidade dos trabalhadores rurais nas décadas de 1970 e 1980 e o contexto da luta camponesa no Brasil. Foram examinadas obras acadêmicas, livros, artigos científicos, relatórios institucionais, produções da CPT e registros históricos que permitem compreender a profundidade da militância de Margarida. A seleção dos materiais priorizou fontes que abordam a estrutura fundiária brasileira, a repressão no campo durante a ditadura militar e o papel das lideranças rurais no enfrentamento da desigualdade. Esse levantamento permitiu construir um panorama teórico consistente para embasar a análise.

Além da revisão bibliográfica, utilizou-se a análise de discursos presentes em citações de autores como Ferreira, Stédile, Ianni, Betto, Martins e outros pesquisadores que estudam o campo brasileiro. Esses trechos foram examinados à luz do contexto histórico e das práticas sociais que caracterizaram o período estudado. A metodologia discursiva possibilitou compreender como as falas e interpretações desses autores revelam a estrutura de opressão vivida pelos trabalhadores rurais e reforçam o papel transformador de Margarida Maria Alves. Dessa forma, os discursos foram analisados não apenas como registros históricos, mas como elementos que expressam ideologias, resistências e disputas de poder.

Também foi realizada uma análise histórica interpretativa, buscando reconstruir

o ambiente social, político e econômico que moldou a vida e a militância de Margarida. Para isso, foram examinados dados sobre concentração fundiária, estrutura sindical, violência no campo e políticas agrárias, especialmente durante o regime militar. Essa abordagem permitiu compreender as condições adversas enfrentadas pelos sindicatos rurais, a ausência de direitos trabalhistas e a violência institucionalizada, elementos fundamentais para contextualizar as ações de Margarida como líder sindical. A análise histórica, portanto, não se restringiu à descrição dos fatos, mas buscou interpretar suas motivações e implicações sociais.

O estudo empregou ainda uma metodologia de comparação temática, articulando a trajetória individual de Margarida Maria Alves com o movimento mais amplo da luta camponesa. Essa comparação foi essencial para identificar como sua atuação se insere em um processo coletivo de resistência e como dialoga com questões estruturais do campo brasileiro. Através dessa estratégia metodológica, foi possível relacionar elementos da biografia da líder sindical com aspectos da luta por terra, trabalho, educação e justiça social, mostrando que sua militância transcendeu a esfera local e se conectou com movimentos nacionais.

Por fim, a organização das informações coletadas passou por uma sistematização analítica, dividindo o conteúdo em eixos temáticos — vida de Margarida, contexto histórico, luta camponesa, violência estrutural e legado contemporâneo. Essa divisão temática facilitou a compreensão das múltiplas dimensões da militância de Margarida e contribuiu para a construção de um texto claro, coeso e articulado, preservando o rigor acadêmico e a profundidade analítica.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 A realidade dos trabalhadores rurais no Brasil dos anos 1970-80

A década de 1970 foi marcada por grandes transformações no Brasil, impulsionadas pelo chamado “milagre econômico” durante o regime militar. Contudo, os efeitos desse crescimento praticamente não atingiram a população rural. No interior do país, especialmente no Nordeste, a vida dos trabalhadores do campo continuava atravessada pela exploração, pobreza e falta de direitos básicos. Apesar da modernização aparente, a desigualdade histórica do campo permanecia intacta. Conforme observa Stédile (2002), a modernização rural intensificou a concentração de terras, expulsando trabalhadores sem oferecer alternativas viáveis de subsistência.

No Nordeste, essas desigualdades eram ainda mais acentuadas. Os trabalhadores rurais enfrentavam condições precárias de moradia, educação, saúde e transporte. Muitos sobreviviam da agricultura de subsistência ou do trabalho temporário para grandes proprietários. A informalidade predominava e os direitos trabalhistas eram pouco respeitados. Segundo Fernandes (2008), o Nordeste rural dos anos 1970 refletia uma profunda exclusão social, com a terra concentrada nas mãos de poucos e a população rural abandonada à própria sorte.

A estrutura fundiária brasileira era historicamente desigual, resultado do sistema colonial e das capitânicas hereditárias. Em 1975, o Censo Agropecuário indicava que aproximadamente 1% dos proprietários possuíam quase metade das terras cultiváveis do país, enquanto milhões de camponeses não tinham acesso à terra. Ianni (1979) enfatiza que o latifúndio funcionava não apenas como forma de propriedade, mas como instrumento de dominação, controlando trabalho, voto e vida das pessoas.

“A estrutura fundiária brasileira apresenta-se historicamente concentrada, mantendo a maior parte das terras nas mãos de poucos proprietários, enquanto a grande maioria da população rural permanece sem acesso regular à terra. Essa desigualdade não apenas limita o desenvolvimento econômico no campo, mas também reforça a exclusão social, dificultando o acesso a políticas públicas, educação e direitos básicos para os trabalhadores rurais.” (FILHO, José Luiz Alcântara; Fontes, Rosa Maria Olivera, *A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil*, Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 4, n. 7, 2009, p. 112.)

O pensamento acima evidencia como a concentração fundiária no Brasil historicamente favoreceu uma minoria, mantendo a maioria da população rural em situação de vulnerabilidade. Ela mostra que a desigualdade no acesso à terra não é apenas econômica, mas também social e política, impactando diretamente a vida, os direitos e as oportunidades dos trabalhadores rurais. Assim, reforça a necessidade de políticas de reforma agrária e de fortalecimento dos direitos do campo para promover justiça e inclusão social.

Na Paraíba, em municípios como Alagoa Grande, esse domínio se manifestava em diversos aspectos da vida diária. Os grandes fazendeiros, chamados de “coronéis”, exerciam forte influência política, judicial e social, recorrendo a esquemas de violência para impedir qualquer organização popular. Esse poder atuava de forma impune, silenciando opositores e disseminando o medo entre trabalhadores rurais.

As condições de trabalho eram extremamente precárias. Jornadas longas, sem descanso, segurança ou amparo legal, pagas muitas vezes em alimentos ou promessas. Casas de taipa, sem saneamento básico, energia ou água encanada, eram comuns. A mortalidade infantil era elevada e o acesso à educação praticamente inexistente. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) descrevia a pobreza no campo como um mecanismo deliberado de dominação social e econômica.

Frente a essa realidade, trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos e associações. Entretanto, qualquer tentativa de mobilização era

reprimida. A ditadura militar via as lideranças sindicais do campo com desconfiança, associando a luta por terras à subversão. Órgãos de segurança, como DOPS e Exército, monitoravam reuniões, invadiam sedes de sindicatos e prendiam líderes. Conforme o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), o trabalhador rural era tratado como inimigo em potencial, enquanto o líder sindical era considerado ameaça à ordem pública.

Nesse contexto de repressão, Margarida Maria Alves destacou -se como liderança. Em Alagoa Grande, enfrentou coronéis, denunciou abusos e ingressou com ações judiciais contra empregadores que violavam direitos trabalhistas. Uma de suas frases mais conhecidas — “o trabalhador tem que ser tratado como gente, não como bicho” — traduz seu compromisso com a dignidade humana. Sua firmeza chamou atenção em toda a Paraíba e desestabilizou profundamente as estruturas de poder locais.

A violência no campo aumentava à medida que trabalhadores ganhavam consciência de seus direitos. Dados da CPT indicam que mais de 1.200 trabalhadores rurais foram mortos entre 1964 e 1985 devido a conflitos fundiários, com a impunidade sendo regra. Frei Betto (1985) afirma que “o sangue dos trabalhadores escorria pelas mãos invisíveis da impunidade e da omissão do Estado”.

Margarida sabia dos riscos que corria, mas manteve sua atuação. Defendia a carteira assinada, o acesso à educação e a regularização fundiária dos pequenos produtores. Sua famosa frase “É melhor morrer na luta do que morrer de fome” tornou-se um símbolo da resistência camponesa.

Além das ameaças físicas, enfrentava campanhas de difamação, sendo acusada de agitadora ou comunista. Apesar disso, Margarida seguia organizando reuniões, visitando comunidades e orientando juridicamente os trabalhadores, convencida de que a transformação do campo dependia da educação, da consciência política e da mobilização coletiva.

A luta por reforma agrária era duramente reprimida. Possesores eram expulsos, casas queimadas e plantações destruídas, enquanto órgãos como o INCRA atuavam lentamente e eram frequentemente capturados por interesses latifundiários. Para os camponeses, a terra representava sustento e dignidade; para os grandes proprietários, lucro e poder.

Apesar da repressão, houve avanços: a criação da CPT(Comissão Pastoral da Terra) em 1975 e o fortalecimento dos sindicatos rurais possibilitaram maior articulação entre movimentos. Lideranças como Margarida passaram a participar de encontros regionais e nacionais, trocando experiências e conectando a luta local a uma agenda nacional por justiça no campo. Como afirma Manuela Carneiro da Cunha (1987), “a resistência camponesa no Brasil se alimenta da esperança e da memória”.

O assassinato de Margarida Maria Alves, em 1983, executada diante de sua família, marcou a brutalidade da violência no campo. Sua morte provocou comoção nacional e revelou a realidade enfrentada por trabalhadores que ousavam reivindicar direitos. No entanto, sua memória tornou -se símbolo de resistência, inspirando mobilizações como a Marcha das Margaridas, que reúne milhares de mulheres do campo em Brasília para reivindicar igualdade e políticas públicas.

O período rural das décadas de 1970 e 1980 foi marcado por tensão entre opressão latifundiária e resistência organizada. A trajetória de Margarida Maria Alves exemplifica essa luta corajosa. Mulher, nordestina, sindicalista e camponesa, ela rompeu barreiras de gênero e classe, deixando um legado de coragem e inspiração que ainda ecoa nos movimentos sociais do campo brasileiro

### 3.2 O contexto da luta camponesa no Brasil

A luta dos camponeses no Brasil possui raízes profundas em séculos de desigualdade fundiária, iniciada ainda na colonização portuguesa. Desde a concessão de sesmarias no século XVI, o território brasileiro foi caracterizado pela concentração de terras em poucas mãos, consolidando ao longo do tempo uma lógica de exploração tanto da terra quanto do trabalho. O latifúndio tornou-se o modelo dominante, sustentado inicialmente pela escravidão e, posteriormente, por relações laborais precárias, reforçando a associação entre posse da terra e poder social.

Nos séculos XIX e XX, o acesso à terra pouco se democratizou. A abolição da escravatura, sem políticas de integração social adequadas, deixou os ex-escravizados em situação de marginalização, especialmente nas áreas rurais. O Código de Terras de 1850 restringiu o acesso à terra à compra, beneficiando grandes proprietários e excluindo os mais pobres, consolidando uma estrutura agrária excludente, em que terra, poder político e riqueza permaneciam concentrados.

Com o avanço do capitalismo agrícola a partir da década de 1960, conhecido como “modernização conservadora”, os grandes proprietários receberam incentivos para mecanizar e expandir suas produções, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores rurais continuaram marginalizados. A tecnologia e o crédito eram acessíveis apenas a quem já possuía terras. Martins (1981, p. 45) observa que “a modernização no campo não foi para todos: ela veio acompanhada de mais exclusão social e mais concentração de riqueza”.

Durante os anos de 1970 e 1980, sob o regime militar, as condições de vida no campo nordestino permaneciam precárias. Grande parte da população vivia em moradias improvisadas, sem saneamento, energia elétrica ou acesso à saúde. O analfabetismo era frequente, e escolas públicas eram escassas. Jovens deixavam os estudos para trabalhar nas lavouras, enquanto o transporte e a presença do Estado eram insuficientes.

As relações de trabalho mantinham características exploratórias. Muitos eram contratados informalmente, como “bóias-frias”, ou em sistemas de “meia” e “parceria”, que favoreciam os grandes proprietários. Sindicatos rurais, quando existiam, eram frágeis e perseguidos. Conforme a CPT (1985, p. 33), “o trabalhador rural era tratado como peça de reposição: descartável, invisível e sem voz”.

A fome e a miséria faziam parte do cotidiano. Famílias sobreviviam com alimentação limitada e pouca diversidade nutricional, agravada pela seca em muitas regiões do Nordeste. Políticas públicas quase nunca chegavam ao campo, e a burocracia dificultava o acesso a benefícios sociais.

Qualquer tentativa de organização era reprimida de forma violenta. Movimentos sociais e sindicatos eram monitorados e desarticulados pelo regime militar, com agentes do DOPS, Exército e Polícia Militar atuando contra reuniões e reivindicações por reforma agrária. A violência era também praticada por grandes proprietários, que contratavam pistoleiros para intimidar ou eliminar lideranças locais. Frei Betto (1985, p. 47) afirma que “o silêncio do Estado diante da violência no campo revelava a aliança entre latifundiários e o poder institucional”.

Lideranças camponesas como João Canuto, Wilson Pinheiro e Margarida Maria Alves foram vítimas dessa violência. Esses líderes defendiam direitos básicos como jornada justa, salário mínimo e acesso à terra, e sua morte fazia parte de uma estratégia de intimidação, visando desarticular a organização popular e silenciar vozes de resistência.

Mesmo diante da repressão, as comunidades rurais encontraram formas de resistência, apoiadas por redes de solidariedade e pela atuação da Igreja

Católica, especialmente por meio da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, fortaleceu essa resistência, denunciando violações de direitos e oferecendo apoio jurídico a trabalhadores perseguidos.

A partir da década de 1980, o movimento camponês passou a se articular nacionalmente, com encontros e congressos que deram origem a uma consciência coletiva. Em 1984, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), promovendo ocupações e pressionando o Estado por reforma agrária. O campo, antes marcado pelo silêncio e submissão, tornou-se palco de resistência organizada.

A luta passou a envolver não apenas a disputa pela terra, mas também a reivindicação de dignidade, educação, saúde e políticas públicas. Margarida Maria Alves sintetizou esse sentimento ao afirmar: “Não quero apenas o direito de trabalhar. Quero o direito de viver com dignidade”. Além da dimensão econômica, a resistência também preservava a cultura camponesa, por meio de cantos, festas e práticas comunitárias, reafirmando a identidade do povo do campo.

Por fim, o contexto das décadas de 1970 e 1980 revela um Brasil profundamente desigual, onde a terra era fonte de opressão e também de esperança. A luta camponesa, mesmo diante da violência e da repressão, nunca se apagou. Ela foi regada com sangue, fé e coragem, como a de Margarida Maria Alves, que mesmo diante da morte preferiu seguir dizendo: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Sua frase sintetiza a força de um povo que, mesmo esmagado, nunca deixou de sonhar com justiça social no campo.

### **3.3 Margarida maria alves como símbolo de resistência**

Margarida Maria Alves tornou-se, ao longo dos anos, uma das mais importantes referências da luta por justiça social no meio rural brasileiro. Sua história se entrelaça com os enfrentamentos cotidianos dos trabalhadores do campo que, historicamente, foram relegados à marginalização. Mulher, nordestina e sindicalista, Margarida rompeu com os limites impostos à sua condição e enfrentou com firmeza a estrutura excludente que oprimia sua gente.

Durante sua trajetória, Margarida demonstrou um profundo compromisso com a construção de uma sociedade mais justa. Sua militância foi marcada por um olhar atento às necessidades concretas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, especialmente aqueles mais vulneráveis aos abusos dos empregadores e da estrutura fundiária concentradora. Ela defendia o direito ao trabalho com dignidade, à educação e ao acesso à justiça.

Como presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, atuou com coragem diante de um cenário de violência, autoritarismo e repressão. Sua liderança não era apenas institucional, mas simbólica: representava uma esperança concreta para aqueles que, até então, não tinham voz nem vez. Margarida desafiava a ordem vigente com uma postura firme, mas sempre voltada ao diálogo e à escuta dos trabalhadores.

Os conflitos no campo estavam longe de serem apenas disputas por terras. Tratava-se de uma luta profunda por reconhecimento e pertencimento. Ao denunciar a exploração e exigir condições mínimas de trabalho, Margarida enfrentava o poder dos grandes proprietários, muitos dos quais se valiam da violência para manter sua autoridade. Ela sabia dos riscos, mas não se calava. No início dos anos 1980, o Brasil ainda vivia sob a sombra da ditadura militar. No campo, a repressão era ainda mais brutal, com perseguições, desaparecimentos e assassinatos. Margarida estava consciente de que sua atuação incomodava. Ainda assim, manteve seu compromisso com a verdade e com os direitos da classe trabalhadora rural, mostrando uma resistência que ia além do medo.

Sua morte, em 12 de agosto de 1983, foi um atentado contra toda a luta popular do campo. Assassinada de forma brutal, em frente à própria residência, Margarida teve sua vida interrompida por aqueles que se sentiam ameaçados pela sua ousadia. Seu assassinato não foi um crime comum; foi um ato político, planejado para servir de aviso a outros líderes que ousassem seguir o mesmo caminho.

Mesmo diante da brutalidade de sua execução, a morte de Margarida não silenciou sua voz. Ao contrário, contribuiu para fortalecer ainda mais os movimentos sociais do campo. Seu nome passou a ser símbolo de resistência, citado em atos públicos, estudos acadêmicos e práticas de formação sindical. A memória de Margarida tornou-se bandeira de luta para gerações futuras.

O impacto de sua morte foi sentido em diversas frentes. Organizações civis, entidades de direitos humanos e movimentos do campo passaram a exigir investigações e justiça. No entanto, a impunidade prevaleceu. Apesar das suspeitas amplamente divulgadas sobre os mandantes do crime, o caso jamais foi plenamente solucionado. Isso revela o quanto o sistema jurídico é, muitas vezes, conivente com a violência contra os pobres e os que lutam por justiça.

Apesar da dor e da injustiça, Margarida tornou-se um marco na luta pelos direitos das mulheres no campo. Sua trajetória inspirou centenas de outras trabalhadoras a ocuparem espaços de liderança e a desafiar a lógica machista que predominava nos sindicatos e nas organizações sociais. Margarida passou a representar não apenas a luta sindical, mas também a força da mulher camponesa.

Com o tempo, seu nome foi resgatado em diversas ações de memória e mobilização social. A Marcha das Margaridas, criada em sua homenagem, tornou-se um dos maiores movimentos de mulheres da América Latina, reunindo milhares de trabalhadoras rurais de todas as regiões do país. A marcha, que ocorre a cada quatro anos, expressa a continuidade da luta iniciada por Margarida e amplia sua dimensão política e simbólica.

O legado de Margarida também está presente em projetos educativos, centros de formação popular, escolas e sindicatos. Seu exemplo é frequentemente retomado para mostrar que a transformação social exige coragem, organização e solidariedade. Ela é lembrada como alguém que acreditava na força coletiva e no poder da mobilização dos trabalhadores.

A trajetória de Margarida revela que a resistência não se dá apenas em grandes gestos heroicos, mas nas ações cotidianas de enfrentamento às injustiças. Sua militância se baseava no contato direto com os trabalhadores, no acolhimento das suas demandas e na luta para transformar suas condições concretas de vida.

Após sua morte, diversas iniciativas surgiram para manter viva sua memória. Documentários, peças teatrais, estudos acadêmicos e homenagens populares passaram a relatar sua história, tornando-a conhecida por novos públicos. Essa difusão demonstra que a memória de Margarida ultrapassa os limites geográficos e se consolida como patrimônio da luta social no Brasil.

Seu assassinato também expôs o funcionamento cruel do poder agrário no Brasil. A lógica da violência como mecanismo de dominação persistiu por décadas e ainda hoje marca a realidade de diversas regiões do país. A história de Margarida denuncia esse sistema e nos obriga a refletir sobre as raízes históricas da desigualdade no campo.

Embora sua morte tenha sido um ato de extrema violência, ela também representou um ponto de virada para os movimentos populares. A comoção causada por sua morte provocou articulações nacionais e internacionais que passaram a denunciar as violações no campo brasileiro e exigir políticas de proteção para os líderes sociais.

Margarida representa uma memória de esperança, mas também de alerta. Sua história nos mostra o quanto é necessário proteger aqueles que se levantam contra a injustiça, pois a luta por direitos no Brasil ainda é marcada por ameaças, repressão e assassinatos. Defender sua memória é também defender os que continuam lutando.

Sua imagem permanece como uma semente plantada nas terras do Brasil profundo. Em cada marcha, em cada assembleia, em cada debate sobre direitos humanos no campo, há um pouco de Margarida. Ela não é lembrada com pesar, mas com a firmeza dos que seguem acreditando na transformação social.

Hoje, falar de Margarida Maria Alves é falar da urgência de uma reforma agrária justa, de políticas públicas voltadas ao campo, de educação no meio rural e de garantia de direitos trabalhistas. Sua vida é um símbolo de que a justiça não se conquista sem luta, e que a resistência é a resposta mais poderosa diante da opressão.

Margarida permanece presente nas ações de milhares de mulheres que marcham, organizam comunidades, enfrentam o latifúndio e constroem uma nova narrativa para o campo brasileiro. Sua história é alimento para a luta popular, esperança para os que sonham com um país mais justo e inspiração para todos os que acreditam na força da coletividade.

Por fim, Margarida Maria Alves representa a certeza de que nenhuma violência será suficiente para apagar a luta de um povo. Seu nome está inscrito na história como símbolo de bravura, dignidade e resistência. Margarida vive — não apenas na memória, mas na ação de todos que se recusam a aceitar a injustiça como destino.

### **3.4 Margarida vive: A luta camponesa no século xxi e seu legado**

A trajetória de Margarida Maria Alves se impõe como uma referência viva nas pautas sociais do Brasil contemporâneo. Mesmo décadas após sua morte, sua figura permanece como um marco fundamental da resistência popular. A lembrança de sua luta não está apenas nos registros históricos, mas nas práticas cotidianas de quem ainda reivindica dignidade no campo.

“Os conflitos agrários não são casos isolados, mas consequências diretas da concentração de terra e da negação do direito à terra para trabalhadores rurais.” Stédile João Pedro. *Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional – 1500–1960*, Editora Expressão Popular, 2005, p. 303

Stédile evidencia que os conflitos no campo brasileiro não surgem de forma aleatória, mas são consequência direta da concentração de terras e da exclusão histórica dos trabalhadores rurais. Essa visão reforça a ideia de que a luta camponesa no século XXI continua sendo essencial para reivindicar direitos

fundamentais, como acesso à terra, trabalho digno e segurança alimentar, mostrando que a desigualdade fundiária permanece como um dos principais entraves à justiça social no meio rural.

No século XXI, a realidade das comunidades rurais continua marcada por desafios que remontam ao passado. Concentração fundiária, ausência de políticas públicas efetivas, criminalização de lideranças e precarização do trabalho rural são questões ainda atuais. Nesse cenário, lembrar Margarida é reafirmar a urgência de transformações estruturais que garantam justiça social no meio rural.

A memória de Margarida se fortalece como ferramenta política. Não se trata de um simples reconhecimento póstumo, mas de uma evocação ativa que inspira novas gerações de militantes, agricultores e educadores populares. Seu nome é citado em rodas de conversa, cursos de formação sindical, protestos e campanhas por direitos. Margarida tornou-se um elo entre o passado de resistência e o presente de mobilização.

O reconhecimento de sua importância extrapola fronteiras regionais. Hoje, sua história é estudada em universidades, escolas do campo, movimentos sociais e organizações não governamentais. Isso demonstra como a sua luta se tornou símbolo nacional e como a sua memória foi abraçada por distintas frentes da luta popular.

A cada novo episódio de violência no campo, o nome de Margarida ressurgiu como alerta e denúncia. Seu assassinato permanece como um exemplo de como o poder pode ser exercido de forma brutal contra aqueles que ousam questioná-lo. Por isso, lembrar Margarida é também clamar por justiça diante das violações que continuam a ocorrer.

Contudo, seu legado não está apenas na denúncia das injustiças. Ele também reside na proposta de um novo projeto de sociedade. Margarida defendia educação para os trabalhadores, igualdade entre os gêneros, democratização da

terra e respeito à vida no campo. Esses ideais ainda orientam os movimentos que resistem nas áreas rurais e periféricas do país.

O avanço do agronegócio e o enfraquecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar evidenciam a permanência do conflito agrário. A luta por território e direitos fundamentais continua exigindo coragem e organização. Margarida, nesse contexto, permanece como referência de quem não se rendeu às pressões do poder dominante.

O Brasil do século XXI carrega contradições profundas: avanços legislativos convivem com retrocessos sociais; inclusão de alguns, com a exclusão de muitos. Nessa complexidade, a figura de Margarida serve como bússola moral. Sua coerência, firmeza e solidariedade lembram que o compromisso com a justiça não deve ser abandonado.

A Marcha das Margaridas, realizada a cada quatro anos, é um exemplo concreto de como sua história impulsiona a ação política contemporânea. Reunindo milhares de mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas, a marcha simboliza a continuidade da luta pela valorização da vida no meio rural e a construção de alternativas ao modelo excludente de desenvolvimento.

Margarida também representa a pedagogia da esperança. Seu exemplo ensina que cada ação, por menor que pareça, contribui para a construção de um coletivo forte e consciente. A resistência camponesa, inspirada por ela, se reinventa nas práticas agroecológicas, nas cooperativas autogestionadas e nas escolas do campo.

A juventude rural encontra em sua história motivação para não se calar diante das injustiças. Projetos de formação política, campanhas de comunicação popular e iniciativas culturais utilizam a imagem de Margarida como símbolo de força e empoderamento. Isso mostra que sua memória é dinâmica, constantemente reinterpretada e atualizada.

A luta camponesa no século XXI é atravessada por novos desafios, como as mudanças climáticas, a crise alimentar global e a ameaça às sementes crioulas. Mesmo diante de um cenário adverso, o legado de Margarida inspira estratégias de enfrentamento que combinam ancestralidade, inovação e solidariedade entre os povos do campo.

A presença simbólica de Margarida se manifesta também nas ações de cuidado, nas redes de apoio entre trabalhadoras rurais e nas práticas comunitárias que resistem à lógica do lucro. Sua memória estimula a construção de relações baseadas no afeto, no respeito mútuo e na partilha de saberes.

As desigualdades que ela denunciou continuam gerando sofrimento e exclusão. No entanto, sua trajetória mostra que é possível construir caminhos de superação por meio da coletividade e da luta organizada. Margarida vive sempre que alguém se levanta contra o silêncio imposto pela opressão.

Iniciativas como bancos de sementes, hortas comunitárias e feiras agroecológicas também fazem parte desse legado. Elas demonstram que a resistência pode ser construída a partir da autonomia, da sabedoria local e da conexão entre seres humanos e natureza. Margarida defendia não apenas direitos, mas a possibilidade de uma vida plena para os que vivem do trabalho da terra.

A permanência simbólica de Margarida é um lembrete de que os direitos conquistados nunca são garantidos sem esforço contínuo. A luta deve ser mantida, alimentada e transmitida. Seu exemplo funciona como um fio condutor entre diferentes gerações de camponeses, unindo passado, presente e futuro em uma mesma causa.

Hoje, defender os direitos das populações rurais é também lutar contra o apagamento da memória histórica. Esquecer Margarida seria ceder ao projeto daqueles que tentaram silenciá-la. Por isso, manter vivo seu nome é uma forma de

resistência contra a tentativa constante de deslegitimar os movimentos populares. Margarida Maria Alves continua presente em cada território onde o povo se organiza para resistir à injustiça. Sua história nos convida a agir com firmeza diante da desigualdade, a cultivar a memória como força política e a manter viva a chama da esperança popular.

#### 4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados obtidos por meio da metodologia empregada revelam que Margarida Maria Alves não apenas liderou um sindicato rural, mas transformou profundamente a compreensão sobre os direitos dos trabalhadores do campo na Paraíba e no Brasil. A análise das fontes mostrou que sua atuação sindical ultrapassou a defesa de direitos imediatos, ao articular educação, dignidade humana e consciência política como pilares da emancipação camponesa. Assim, o estudo evidenciou que Margarida assumiu um papel pedagógico e político, fortalecendo a organização coletiva e incentivando os trabalhadores a reconhecerem seu valor e sua força.

A pesquisa também evidenciou que o assassinato de Margarida não pode ser compreendido isoladamente, mas como parte de um sistema de violência estrutural alimentado pelo latifúndio, pela concentração fundiária e pelo apoio tácito ou explícito de agentes estatais. Os dados revelam que sua morte simboliza um período de brutal repressão contra lideranças rurais, marcado pela impunidade e pela tentativa de silenciar a luta camponesa. Esse resultado reforça que a história de Margarida é um marco na denúncia da violência no campo e na exposição das desigualdades que persistem até hoje.

Outro resultado significativo refere-se ao impacto de sua trajetória como símbolo de resistência feminina no meio rural. A análise documental demonstra que Margarida rompeu barreiras de gênero, desafiou o poder patriarcal e abriu caminhos

para que outras mulheres atuassem em espaços políticos e sindicais. Sua história contribuiu para a criação da Marcha das Margaridas, uma das maiores mobilizações de mulheres trabalhadoras da América Latina, evidenciando que seu legado ultrapassa gerações e fronteiras regionais.

Por fim, a pesquisa mostrou que a luta de Margarida permanece atual e necessária. Ao relacionar seu legado ao século XXI, os resultados indicam que os conflitos agrários continuam intensos, a concentração fundiária segue elevada e as lideranças rurais continuam sendo criminalizadas ou alvo de violência. Assim, o estudo conclui que a memória de Margarida Maria Alves serve como força mobilizadora para movimentos sociais, educadores populares, sindicatos e mulheres do campo que continuam sonhando e lutando por justiça social, reafirmando que sua frase — “É melhor morrer na luta do que morrer de fome” — continua viva como horizonte de esperança e resistência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Margarida Maria Alves ultrapassa o tempo histórico em que viveu e permanece presente nas lutas sociais, nas escolas do campo, nas organizações sindicais e nos movimentos populares espalhados pelo Brasil. Seu legado não se restringe ao passado; ele se atualiza constantemente como símbolo de enfrentamento diante das várias formas de opressão que ainda marcam o espaço rural. Sua vida é um lembrete de que a justiça social nasce da coragem e da ação coletiva.

Ao revisitar sua história, percebe-se que Margarida não combateu apenas a exploração do trabalho, mas também um sistema de silêncio e submissão profundamente estruturado na sociedade brasileira. Romper essas barreiras exigiu muito mais que discursos: foi necessário engajamento prático, articulação comunitária e enfrentamento direto contra os interesses dos poderosos. Sua força esteve em transformar a indignação em organização e a esperança em instrumento de mudança política.

Os trabalhadores e trabalhadoras do campo, no século XXI, enfrentam desafios renovados, mas que ainda dialogam com as dificuldades enfrentadas por Margarida há mais de quarenta anos. A concentração fundiária, a fragilização das políticas públicas, a violência contra lideranças rurais e a invisibilidade das mulheres continuam presentes. Nesse cenário, manter viva a memória de Margarida significa também continuar a luta por reforma agrária, agroecologia e por condições de vida dignas.

Sua presença simbólica nas mobilizações contemporâneas demonstra que sua trajetória integra uma memória coletiva insurgente, que se recusa ao esquecimento. Por isso, sua história não apenas inspira a resistência, mas também aponta para caminhos alternativos de organização social, baseados na solidariedade e na sustentabilidade. Margarida é um marco orientador para a construção de um campo mais justo, participativo e democrático.

Iniciativas como a Marcha das Margaridas, os movimentos de mulheres rurais e as escolas do campo exemplificam como seu nome continua motivando mobilizações e reflexões em diferentes contextos. Nessas experiências, ela se reafirma como símbolo, exemplo e esperança — não apenas de um passado de luta, mas também de um presente vivo e de um futuro possível.

Preservar sua memória significa enfrentar a lógica do apagamento histórico e a tentativa de naturalização das desigualdades. A luta camponesa brasileira não pode ser compreendida sem o reconhecimento das mulheres que, assim como Margarida, desafiaram tanto o patriarcado quanto o poder dos latifúndios. Recordá-la é reiterar o papel central das mulheres nas transformações sociais do campo.

Mais que uma homenagem, lembrar de Margarida é assumir um compromisso: não permitir que sua morte tenha sido em vão. Sua vida segue como referência para aqueles que acreditam em justiça, igualdade e na força da

coletividade organizada. Sua voz ainda ecoa em cada trabalhador que exige direitos e em cada mulher que ocupa espaços de liderança no meio rural.

Por isso, afirmar que Margarida vive não é apenas figura de linguagem. Trata-se de uma verdade política: ela permanece presente em cada semente cultivada em liberdade, em cada terra conquistada por meio da luta e em cada ato coletivo que desafia a opressão. Margarida Maria Alves é mais que memória — é ação, é resistência e é futuro em movimento.

## 6 REFERÊNCIAS

Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. Margarida, Margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933–1983) através das Práticas Educativas das Margaridas, Editora UFPB, 2017, p. 49.

FILHO, José Luiz Alcântara; FONTES, Rosa Maria Olivera, A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil, Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 4, n. 7, 2009, p. 112

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil – 2022. Goiânia: CPT Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária: o impossível diálogo. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Carmen Foro de. Marcha das Margaridas: memória e resistência das mulheres do campo. Brasília: CONTAG, 2019.

STÉDILE, João Pedro. Questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



UNESCO. Educação Inclusiva: o caminho para o futuro. Conferência Internacional de Educação, Genebra, 2009.

VARGAS, Jurema Machado. A mulher camponesa na luta pela terra: voz, corpo e memória. Curitiba: CRV, 2018.

